

## A “descoberta da política” e o despertar “do espírito de rebeldia” O ambiente estudantil e a militância de esquerda nas notícias sobre o passado militante de Dilma Rousseff <sup>1</sup>

GOUVÊA, Gabriella Nunes de (Mestranda)<sup>2</sup>  
UnB/Distrito Federal

**Resumo:** O presente artigo analisa a construção discursiva de duas notícias que têm como tema o Colégio Estadual Central, em Belo Horizonte, e sua influência nos primeiros passos de Dilma Rousseff rumo à militância política. As notícias, veiculadas pelo jornal *O Globo* e revista *Istoé*, foram publicadas nos dias seguintes à eleição presidencial de 2010. Nosso objetivo é verificar quais são as imagens que emergem a respeito da militância de esquerda, bem como sobre o papel do ambiente estudantil no ingresso de jovens em grupos de resistência durante o regime militar, a partir dos elementos centrais em torno dos quais se constroem as notícias e tendo a análise crítica da narrativa como fonte das bases metodológicas que orientam a realização dos estudos empíricos. A pesquisa aqui proposta se insere em uma perspectiva que considera as notícias a partir de seu poder estruturador da realidade, tomando-as como sistemas simbólicos.

**Palavras-chave:** narrativas jornalísticas; ditadura militar; militância; notícias; Dilma Rousseff.

### 1. Militância, movimento estudantil e a eleição presidencial de 2010

Os acontecimentos que marcaram a cena política do país a partir de 1964 - e nos vinte anos que se seguiram - ganharam novamente, décadas depois, as capas de jornais, revistas, as manchetes dos telejornais e dos sites de notícias. Em novembro de 2010, quando Dilma Rousseff foi eleita presidente da República, a atuação de grupos militantes durante o regime militar no Brasil pautou grande parte do noticiário veiculado sobre a primeira mulher a ocupar o mais alto cargo da República.

Na verdade, a participação de Dilma nas organizações de esquerda já havia sido destacada em diversas notícias mesmo durante o período de campanha, mas ali o clima de disputa entre os candidatos dava àquelas notícias um certo caráter especulativo.

---

1 Trabalho apresentado no GT de Historiografia da Mídia integrante do 5º Encontro Regional Sul de História da Mídia – Alcar Sul 2014.

2 Mestranda em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB), sob a orientação do prof. Dr. Luiz Gonzaga Motta. Jornalista e especialista em Assessoria em Comunicação Pública. [gabriellagou@gmail.com](mailto:gabriellagou@gmail.com).



Assim, à historicidade da escolha de uma mulher para a Presidência do país se juntou o seu “passado militante” e, juntos, deram a tônica da cobertura jornalística nos dias que se seguiram a 1º de novembro daquele ano.

De acordo com dados do projeto *Brasil: Nunca Mais*, durante as décadas de 1960 e 1970 existiram no Brasil mais de quarenta organizações de esquerda. No governo de João Goulart, os movimentos e organizações sociais já ganhavam força e visibilidade a partir das lutas pelas reformas de base<sup>3</sup>, lutas essas que foram se intensificando cada vez mais a partir do golpe de 1964, com a tomada de poder pelos militares e o modelo desenvolvimentista adotado por eles, que fez com que as desigualdades econômicas e sociais no país se tornassem ainda maiores. Havia também as medidas restritivas e cerceadoras que atingiam os direitos políticos e as liberdades individuais: ainda em 1964, o Ato Institucional nº 1 definiu que as eleições para Presidente seriam realizadas indiretamente e o AI-2, no ano seguinte, contribuiu para estabelecer o bipartidarismo no país.

É nesse cenário de reivindicações que o movimento estudantil se destacou: segundo De Decca<sup>4</sup>, a universidade brasileira era o “foco” de resistência mais forte e mais articulado ao regime militar e, justamente por isso, “um dos alvos preferenciais da repressão ditatorial” (GORENDER, 1987, p. 145) como evidencia o histórico de acontecimentos que marcaram aquela década: no mesmo ano do golpe, durante o governo Castello Branco, a Lei Suplicy<sup>5</sup> estabeleceu quais seriam os órgãos de representação estudantil de ensino superior no país, decretando assim a ilegalidade da União Nacional dos Estudantes, a UNE; também em 1964 a Faculdade de Direito, no Rio de Janeiro, foi invadida pela polícia do governo. Já no ano seguinte, a Universidade de Brasília (UnB) foi fechada e mais de cem professores foram destituídos; em 1966 as universidades gratuitas foram transformadas em centros docentes pagos (PALMEIRA, 1976) e uma invasão dos militares no prédio da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro reprimiu com violência os estudantes que se reuniam ali para fazer

<sup>3</sup> As campanhas reformistas do início da década se estendem pelos planos educacional, agrário, urbano e econômico.

<sup>4</sup> Quatro visões do golpe. Jornal da Unicamp, edição 246, março/abril 2004.

<sup>5</sup> Uma referência ao então ministro da Educação, Flávio Suplicy.



reivindicações à reitoria, no episódio conhecido como Massacre da Praia Vermelha.

De acordo com Vladimir Palmeira (1976, p. 26), que atuou como dirigente estudantil nos anos da ditadura, foi a partir de 1966 que ganhou força a radicalização do movimento estudantil. Segundo ele, “nos demos conta de que a única forma possível de lutar contra o reformismo era a supressão do debate teórico e partir para uma política prática”.

Em 1968 aconteceria, então, um dos episódios mais conhecidos no histórico de repressão da ditadura ao movimento estudantil: o cerco montado pela Polícia Militar no sítio onde os estudantes estavam reunidos, em Ibiúna (SP), para a 30ª edição do Congresso da UNE. 920 jovens foram levados presos para São Paulo em cinco caminhões do Exército e dez ônibus (GASPARI, 2002, p. 325). A prisão dos estudantes durante o Congresso é considerada “um golpe decisivo” contra o movimento estudantil que já vinha contando com cada vez menos apoio nas passeatas e mobilizações, sempre com a repressão policial presente. Segundo Gaspari, aquele 12 de outubro de 1968 jogou na clandestinidade dezenas de quadros das organizações esquerdistas: “nos seis anos seguintes, morreriam 156 jovens com menos de trinta anos. Deles, pelo menos dezenove estiveram em Ibiúna” (ibidem, p. 325).

O fato é que a participação de jovens estudantes, especialmente os universitários, nos grupos de resistência à ditadura foi, de certa forma, fomentada pelo próprio governo, na medida em que ao investir no ensino superior para garantir a qualificação do trabalho dos pesquisadores nas universidades, em prol do avanço tecnológico almejado, o regime militar também contribuiu com a qualificação dos debates humanísticos e sociais entre os estudantes. Para João Roberto Martins Filho (2007), a abertura das universidades aos setores médios da sociedade, com o consequente aumento do número de estudantes, somada ao incentivo da Igreja Católica em prol da atuação dos jovens junto a movimentos sociais são dois fatores importantes para a consolidação do movimento estudantil no país.

De acordo com Marcelo Ridenti (1993, p. 115-117), em comparação com períodos anteriores, a importância e a presença dos estudantes na composição das esquerdas se tornou muito mais significativa a partir de 1964. Os dados apresentados



pelo autor mostram que os estudantes representaram 24,5% do total de 3.698 processados por ligação com grupos de esquerda durante o regime militar, e por 30,7% do número de denunciados por vinculação com organizações guerrilheiras urbanas. Algumas organizações apresentaram ainda índices superiores à média geral dos partidos no que se refere à participação estudantil: era o caso do Comandos de Libertação Nacional (Colina), uma “organização tipicamente estudantil de Minas Gerais [...] que surgiu de uma dissidência da Polop<sup>6</sup>, no seu Congresso de 1967”.

Se a ditadura contribuiu, de forma direta, para a qualificação dos debates nas universidades e, indiretamente, para o estímulo à capacidade de reflexão dos próprios estudantes, o mesmo também aconteceu, de maneira geral, com o acesso de jovens e adolescentes ao ensino secundário. De acordo com Gianordoli-Nascimento, Santos e Trindade (2012), em uma pesquisa que reconstituiu a trajetória de vida de nove mulheres que participaram de movimentos de oposição ao regime militar no Espírito Santo entre os anos de 1964 e 1973, aquelas que militaram até 1968 ingressaram nas organizações de esquerda antes de ter acesso à universidade.

A partir dos anos 50, quando a realidade brasileira esteve marcada pela valorização do mercado interno, crescimento industrial e pela urbanização - destaques do governo Getúlio Vargas -, as oportunidades econômicas e sociais começaram a se expandir, especialmente para as famílias de classe média, garantindo assim uma maior valorização da escolarização: ter os filhos na escola significava para muitas famílias uma forma de ascensão econômica e social. Mesmo que quase sempre incentivadas a seguir carreira no magistério - o chamado curso “Normal” -, diferente dos homens, por exemplo, que seguiam por áreas como direito, medicina e engenharia, para muitas mulheres a escola significou um importante espaço de convivência.

O avanço em direção à escolarização e ao mercado de trabalho se mantém, segundo Flávia Esteves e Rachel Soihet (2007, p. 362), nos primeiros anos do regime militar, quando o modelo de desenvolvimento conhecido como “milagre econômico” contribuiu para o aumento do número de empregos no setor estatal, bem como o acesso

---

<sup>6</sup> Política Operária.



à educação técnica e profissionalizante. Assim, muitas mulheres - especialmente da classe média - puderam não só adquirir novas condições de vida, como também ter acesso ao movimento estudantil e às organizações de esquerda.

Assim como as universidades, portanto, as escolas de ensino médio podem ser consideradas uma “formidável agência de socialização política de homens e mulheres” nos anos do regime militar (GIANORDOLI-NASCIMENTO *et al.*, 2007, p. 364, grifo nosso). E é justamente aqui que nosso estudo se detém: ao “reconstruir” a trajetória de Dilma nas organizações militantes, dois veículos impressos dedicaram algumas páginas dos cadernos, especialmente produzidos para aquela data histórica, para tratar sobre o lugar onde, segundo eles, tudo começou: o Colégio Estadual Central, em Belo Horizonte.

Em uma das reportagens que integrou a primeira edição publicada depois da divulgação do resultado final da eleição presidencial de 2010, a revista *Istoé* trouxe o seguinte título: “A descoberta da política no Colégio Central”. Já no jornal *O Globo*, a reportagem foi intitulada “A escola que despertou o espírito de rebeldia”. Cabe destacar que, no caso da *Istoé*, a matéria sobre o Estadual Central é uma das três reportagens publicadas pela revista, em sua edição especial, que fazem referência à militância política da presidente eleita. Já no jornal *O Globo*, o Colégio em que Dilma estudou é tema de uma entre as duas únicas matérias, do caderno especial, que tratam sobre os dias de militante de Dilma durante a ditadura.

Tendo em vista a importância conferida pelos dois veículos ao período estudantil da presidente eleita, associando-o diretamente ao ingresso dela em organizações de esquerda que lutavam contra a ditadura, optamos por analisar tais matérias a fim de verificar - a partir da construção discursiva das narrativas jornalísticas em questão - quais os sentidos e imagens que emergem sobre a militância política e sobre o próprio ambiente estudantil em suas influências para o ingresso dos jovens em grupos de resistência.

Com relação às nossas escolhas metodológicas, as premissas que nos permitiram adotá-las e o *corpus* de análise, portanto, fazem-se necessárias breves explicações.



## 2. As notícias e o simbólico: opções metodológicas

Ao tomarmos as notícias como narrativas não estamos desconsiderando a noção de realidade social sob a qual se apoia o jornalismo para adotarmos uma posição puramente ficcional: como destaca Motta (2002, p. 14), “é claro que o conteúdo explícito das notícias importa. Mas importa menos pela absorção de seus significados imediatos e muito mais pelos sentidos culturais que disseminam”. Assim, a notícia “como uma prática discursiva de construção de significados sobre os acontecimentos” (MOTA, 2012, p. 207) informa e explica um determinado fato, mas também fornece referências à vida social, difundindo valores, crenças, normas de comportamento e pontos de vista (BIRD; DARDENNE, 1999). É, assim, que ela se constitui como um sistema simbólico.

E, nesse sentido, o jornalismo também se configura uma como esfera de representação: dado o espectro amplo de pessoas que ele alcança, o jornalismo amplifica os discursos que circulam entre os grupos sociais, as representações já existentes e as construções simbólicas recorrentes. Mas, ao mesmo tempo em que refletem os enunciados e modos de enunciação compartilhados socialmente, como destaca o pesquisador espanhol Albert Chillón (2000, p. 121), as notícias também “prefiguram as representações do imaginário social” (MORAES, 1994, p. 35). Para Maffesoli (2001, p. 81) “as tecnologias do imaginário bebem em fontes imaginárias para alimentar imaginários” e, nesse sentido, é preciso considerar a influência jornalística a partir tanto do sistema simbólico e valorativo anterior à estruturação das notícias, quanto daqueles que se instauram por meio delas.

É a partir destas definições iniciais que estabelecemos os procedimentos metodológicos de nosso estudo: a análise crítica da narrativa jornalística nos dá as noções centrais por meio das quais propomos uma análise primeira, centrada nos recursos sintáticos do texto e onde observaremos especialmente os adjetivos, substantivos e verbos utilizados, as fontes ouvidas pela reportagem, as expressões utilizadas pelo próprio narrador-jornalista na construção do texto; e uma análise segunda, esta sim buscando compreender os sentidos sobre a militância política trazidos





pelas reportagens.

É importante destacar que o presente estudo tem como ponto de partida duas notícias que tratam sobre o início da atuação e do interesse de Dilma Rousseff por questões políticas e que culminou com a sua participação em grupos de resistência à ditadura militar. Desta forma, as notícias analisadas giram em torno de um personagem específico, ou seja, elas têm como fim último construir uma narrativa sobre a presidente eleita e sua história, considerando ainda que as notícias estudadas se inserem em edições especiais preparadas pelos veículos após a divulgação do resultado final da disputa eleitoral de 2010. De toda forma, no entanto, a construção de tais narrativas perpassa evidentemente pela militância como um todo: e é aí que reside nosso interesse.

São objeto de nosso estudo a edição 0001, de 3 de novembro de 2010, da revista *Istoé*, que foi a primeira a ser veiculada após a vitória de Dilma Rousseff, e a edição do dia 1º de novembro de 2010 do jornal *O Globo* que trouxe um caderno de reportagens sobre a presidente eleita intitulado “De Silva para Rousseff”. Abaixo, segue a descrição dos títulos das reportagens, acompanhados de seus respectivos subtítulos:

*Istoé*

**“A descoberta da política no Colégio Central”**

*“Como o ambiente escolar e a conjuntura nacional influenciaram a jovem a ser tornar, aos 16 anos, militante de esquerda”*

*O Globo*

**“A escola que despertou o espírito de rebeldia”**

*“Dilma Rousseff deixou o colégio de freiras para estudar num centro público de referência, que exalava liberdade. Ali se operou uma verdadeira revolução na cabeça da futura presidente”*

### **3. O Colégio Estadual Central e os sentidos sobre a militância**

O Colégio Estadual Central, em Belo Horizonte, só recebeu esse nome a partir



de 1963, mas sua criação data de muito antes<sup>7</sup>: em 1854 foi instalado na cidade de Ouro Preto (a então capital de Minas Gerais) o Liceu Mineiro. Em 1890 o Liceu é extinto e, no mesmo local, passa a funcionar o Ginásio Mineiro que, oito anos depois, é transferido para Belo Horizonte e, em 1943, muda novamente de nome - desta vez para Colégio Estadual de Minas Gerais. É em 1956 que o Colégio começa a funcionar no mesmo local onde está até hoje, já com as obras projetadas pelo arquiteto Oscar Niemeyer. Com a criação, em 1963, de outros ginásios anexos, ele recebe então a denominação de Colégio Estadual Central. Desde 1972, no entanto, passou a se chamar Escola Estadual Governador Milton Campos. Além de Dilma Rousseff, outro presidente também passou por lá: Getúlio Vargas foi um dos seus “célebres” alunos.

A partir deste nosso breve relato sobre a história do Colégio Estadual Central, tomaremos dele um ponto específico para darmos início à análise do *corpus* da nossa pesquisa: o projeto arquitetônico desenvolvido por Niemeyer mereceu atenção de ambas as reportagens estudadas. A *Istoé* fala que o Colégio “projetado pelo arquiteto comunista Oscar Niemeyer com a proposta de ser um espaço público e democrático, não tinha muros”. Já *O Globo*, diz que “a rebeldia começava pelos traços do arquiteto” e, em seguida, dá mais detalhes sobre o projeto arquitetônico:

Niemeyer inspirou-se num mata-borrão. O prédio das salas de aula seria uma régua; a caixa d’água, um giz; e a cantina, um caderno. Como não havia muros e as salas eram sustentadas por pilotis, parecendo que o prédio todo flutuava, da área interna dava para ver o Centro da cidade.

Os termos *comunista* e *rebeldia*, portanto, que se revelam na descrição da parte física do Colégio e logo no início das reportagens, devem ser tomados com atenção na medida em que evidenciam os padrões de não-conformidade, de desobediência sobre os quais se constroem os sentidos sobre a militância segundo as narrativas jornalísticas em questão. Quanto à importância do Colégio para as movimentações políticas da época, *O Globo* fala que “o Estadual Central era o epicentro da agitação estudantil do período” e

---

<sup>7</sup> Informações obtidas no site oficial da Escola Estadual Governador Milton Campos ([www.colegioestadualcentral.com.br](http://www.colegioestadualcentral.com.br))





completa: “foram apenas dois anos passados ali, mas suficientes para operar uma revolução na cabeça da jovem”. Já na *Istoé*, um trecho fala em “um caldeirão social, político e cultural em constante ebulição”. É interessante observar como são coincidentes, em ambas as reportagens, o uso de palavras e expressões que remetem a movimento, à inquietação, a algo que realmente fervilhava, como sugere o termo *ebulição*.

A revista *Istoé* caracteriza o Colégio como um espaço onde a liberdade era palavra de ordem: “espaço público e democrático”; “não tinha muros”; “abrigava uma porção de tribos” e “era heterogêneo e plural” são exemplos de passagens do texto jornalístico que evidenciam essa noção de independência. A liberdade também se reflete no desprendimento que caracteriza os jovens “engajados” em uma passagem do texto que descreve como era um dos bares em que “o pessoal da Polop se reunia”: “era um ambiente existencialista, na penumbra, com cadeiras despojadas e caixotes no lugar dos bancos tomados pela fumaça que saía dos cigarros”.

A ênfase no movimento de resistência como um movimento tipicamente estudantil, jovem, marcado pela liberdade e pelo entusiasmo de seus integrantes também pode ser percebida em expressões e termos como “mobilizaram”, “escancarar os problemas do mundo”, “belo-horizontinos engajados”, “todos os alunos se interessavam por política” e “pessoas de tendência mais progressista”, como afirma uma das entrevistadas.

Já no jornal *O Globo*, a matéria ressalta como era o ensino dos alunos no colégio - “o Estadual Central não tinha diretor, mas reitor. Seus professores não lecionavam matérias, mas cátedras” -, bem como a formação laica. A palavra liberdade é recorrente no texto: “exalava liberdade”, “ilha de liberdade”, “transpirava liberdade” são algumas das expressões que encontramos.

A reportagem fala ainda sobre a disposição dos alunos em contestar - “inflamada assembleia estudantil”, “tudo era motivo para mobilizações” - e apresenta os jovens como “juventude transviada”. É interessante observarmos ainda, já no final da reportagem, o momento quando é feita uma comparação entre os alunos da década de 1960 e os atuais: inicialmente o texto diz que, de acordo com a atual diretora, “o aluno



atual não tem a ver com o espírito dos anos 60” e, em seguida, o trecho da entrevistada afirma que os alunos se assustam com a falta de muros. Na sequência: de acordo com o texto, “a diretora admite que a rebeldia não desapareceu por completo, mas de forma menos engajada” e a entrevistada afirma: “alguns alunos boicotam, tomam atitudes terroristas. Eles se organizam para soltar bomba, arrebentar o banheiro”.

Duas alunas atuais do colégio são então entrevistadas e “devolvem a queixa”, como coloca a reportagem, da diretora: “como a diretoria barra muita coisa, somos obrigados a fazer atividades paralelas, como uma gincana clandestina”.

O uso de algumas palavras, como “rebeldia”, “engajada”, “boicotam”, “terroristas”, “bomba”, “arrebentar”, “paralelas” e “clandestina” são especialmente importantes para pensarmos os sentidos sobre a militância presentes nesta narrativa jornalística: ao mesmo tempo em que se fala em liberdade, fala-se agora em comprometimento, empenho e dedicação dos jovens da década de 1960, mas também em *rebeldia*, ou seja, insubmissão, em corromper-se (como sugere o adjetivo *transviada* usado para caracterizar a juventude). A violência, por sua vez, que marcou as atividades da luta armada também se faz presente nos verbos e demais termos que remetem à agitação, ações que provocam medo e temor.

Ao comparar o Estadual Central com a escola Nossa Senhora de Sion, o colégio católico de onde Dilma saíra, a revista diz que “foi como sair de uma missa rezada em latim diretamente para uma inflamada assembleia estudantil”. Sobre a realidade política da época, segundo o texto, em 1964 “o país se fechava e as liberdades democráticas saíam de cena”. Aliás, quanto aos termos e expressões usados para caracterizar o governo da época, estão: ditadura militar e militares, no caso da *Istoé*, e regime militar em *O Globo*.

Tomando em conjunto as duas reportagens analisadas, é preciso considerarmos que, enquanto *O Globo* se detém especificamente no Colégio Estadual Central e na realidade que marcava a vida dos jovens que lá estudavam, na *Istoé* o Colégio é o ponto de partida para uma análise mais ampla sobre o comportamento de Dilma naquela época, embora, de toda forma, a vida estudantil e a atuação dos jovens em geral também permeie a narrativa como um todo. No caso do jornal analisado, por exemplo, comenta-



se sobre como era o cotidiano do Colégio até o início dos anos de 1970 já que, a partir daí, “as restrições do regime militar invadiam o colégio”.

De toda forma, o que vemos é que a vida estudantil se apresenta, nas duas reportagens, como um ambiente marcado pela liberdade dos jovens e que os estimulava a expressar suas opiniões e lutar por elas. Aliás, corroborando com a noção expressa no primeiro tópico deste nosso artigo, sobre os espaços estudantis como espaços de socialização política, a *Istoé* afirma que “o colégio se tornou um dos principais focos de resistência da juventude mineira porque era heterogêneo e plural”.

Ao mesmo tempo em que se atribui à militância engajamento, é preciso considerar que também há, em certa medida, reforço às noções de que a militância muitas vezes se associava a um “capricho” daqueles jovens, de ações promovidas muito mais para causar desordem e alvoroço. O termo *rebeldia*, que evidenciamos anteriormente, é exemplo disso, assim como “tudo era motivo para mobilizações”, como coloca *O Globo*. Há que se considerar, ainda, as referências às ações violentas praticadas por organizações de esquerda que aderiram à luta armada, especialmente presentes no caso do jornal analisado, e que também remetem, de certa forma, a um pretense caráter desordeiro e nem tão “político” assim das organizações de esquerda.

#### **4. Considerações finais**

Embora a eleição de Dilma Rousseff em 2010 tenha despertado o tema da militância política durante o período da ditadura militar no Brasil em razão da necessidade jornalística de remontar a vida e a trajetória política da presidente eleita, é indiscutível que as narrativas jornalísticas também construíram sentidos e imagens que, em muito, extrapolaram a atuação militante exclusivamente da presidente Dilma. Mesmo porque ela foi, na verdade, membro de grupos que estavam inseridos em um contexto político, social, econômico e cultural que perpassava a sociedade inteira e para o qual concorriam fatores diversos. Assim, é impossível rememorar a presença da presidente eleita nessas organizações sem trazer à tona elementos que dizem respeito à militância política de esquerda em geral.



É interessante, como comentamos anteriormente, observar que a vida estudantil de Dilma é tida por dois veículos jornalísticos como parte fundamental de sua atuação militante. Tomamos, assim, a escolha do tema Colégio Estadual Central para a construção das reportagens nos cadernos especiais sobre a história de vida da presidente eleita como um indicativo primeiro dos sentidos que recobrem a participação de jovens na luta contra o regime instituído a partir de 1964. Ou seja: a própria definição da pauta antecipa a noção, expressa no texto das reportagens, de que o ambiente estudantil - as escolas de ensino médio, colégios profissionalizantes e universidades - foram essenciais para o ingresso de jovens em organizações de resistência à ditadura.

Foi esse o caso de Rita<sup>8</sup>, como ela mesma contou em depoimento a uma pesquisa sobre os anos da ditadura, que ingressou na universidade em 1970 e no seu segundo ano passou a integrar o Diretório Acadêmico. “Eu fiquei deslumbrada com a escola [...] porque era um formigamento essa coisa da política [...] Foi a oportunidade que eu tive de me engajar mesmo nesse movimento” (GIANORDOLI-NASCIMENTO *et al.*, 2012, p. 168). E, assim, milhares de outros jovens, secundaristas e universitários, começaram a viver, literalmente, o mundo político a partir do convívio escolar.

É preciso pensarmos, também, a retomada das questões militantes por veículos jornalísticos na atualidade como um exemplo importante de como as notícias são peças fundamentais na definição e na articulação da memória histórica e social que nos une enquanto sociedade. Como comentamos quando discutimos sobre nossas opções metodológicas, são essas estórias que estruturam a realidade social na qual vivemos. Ao (re)montar, (re)construir sentidos sobre os mais variados acontecimentos - atuais ou não -, as notícias são determinantes na definição do que é ou não importante lembrar e de como lembrar.

Construídas muitos anos depois dos acontecimentos políticos que marcaram a década de 60 e as duas décadas seguintes, as narrativas jornalísticas aqui analisadas trazem à tona uma atmosfera ativa, pulsante, que faz coro às palavras ditas, certa vez, por Zuenir Ventura: “em 1968 morria-se de tudo, menos de tédio”.

---

<sup>8</sup> Nome fictício.



50 anos do Golpe Militar de 64

"A história que a mídia faz,  
conta ou não conta"

## Referências

BIRD, Elizabeth; DARDENNE, Robert. Mito, registro e estórias: explorando as qualidades narrativas das notícias. In: TRAQUINA, Nelson (org.); *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Vega, 1999.

CHILLÓN, Albert. La urdimbre mitopoética de la cultura mediática. *Análisi* n° 24, 2000.

ESTEVES, Flávio Cópico; SOIHET, Rachel. O Centro da Mulher Brasileira (CMB-RJ) e suas experiências nos anos 1970 e 1980. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FILHO, João Roberto Martins. O movimento estudantil dos anos 1960. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; TRINDADE, Zeidi Araujo. Mulheres brasileiras e militância política durante a ditadura militar: a complexa dinâmica dos processos identitários. *Revista Interamericana de Psicologia*, 41(2), 2007.

\_\_\_\_\_. *Mulheres e militância: encontros e confrontos durante a ditadura militar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas - A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.

MAFFESOLI, Michel. O imaginário é uma realidade. *Revista Famecos*, Porto Alegre, n° 15, agosto 2001.

MORAES, Dênis de. *O imaginário vigiado: a imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-53)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

MOTA, Célia Maria Ladeira. *Jornalismo: discurso, narrativa e cultura*. In: *Jornalismo e sociedade: teorias e metodologias*. ADGHIRNI, Zélia Leal; MOURA, Dione Oliveira; PEREIRA, Fábio Henrique (orgs.). Florianópolis: Insular, 2012.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Para uma antropologia da notícia. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, vol. XXV, n° 2, julho/dezembro, 2002.



50 anos do Golpe Militar de 64

*"A história que a mídia faz,  
conta ou não conta"*

PALMEIRA, Vladimir. Os estudantes. In: CASO, Antônio. A esquerda armada no Brasil 1967/1971. Portugal: Moraes Editores, 1976.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. O fantasma da revolução brasileira. São Paulo: Editora Unesp, 1993.